

## SER-TÃO: RUBINÉIA<sup>1</sup>

CHRYSLEN MAYRA BARBOSA GONÇALVES  
VINICIUS REZENDE CARRETONI VAZ

<sup>1</sup> Os autores dedicam este texto a Aparecido Galdino (1923-2020).

**RESUMO** *A cidade de Rubinéia pertencente ao noroeste do Estado de São Paulo com 3.060 habitantes (IBGE/2015) é hoje um município conhecido pelo seu potencial turístico, haja vista que está envolta em três lados pelo rio Paraná, além de ser composta por grandes belezas naturais. É considerada uma “provinciana” cidade do interior da qual só é valorizado seu aspecto turístico, desconsiderando que, neste solo, nestas terras, esta população carrega consigo uma história de lutas, de resistência, e este “Sertão” tem, entrelinhas, muito mais do que aparenta. Este trabalho vem apresentar aos que desconhecem a história deste município, lutas travadas, repressões governamentais, descasos da economia, valorização do latifúndio em detrimento do fator humano, que compuseram e compõem a história do povo e de cada mínima parte das terras de Rubinéia.*

**PALAVRAS-CHAVE** *Sociologia Rural. Lutas do Campesinato. Messianismo.*

## HINTERLAND: RUBINÉIA

**ABSTRACT** *The city of Rubinéia in São Paulo, with 3,060 inhabitants (IBGE / 2015), is a city known for its tourist potential, due to its location surrounded by three sides of the Paraná River, and it is still composed of great natural beauty. The city is “provincial” and only valued for its tourist aspect, disregarding that in this soil, this land, the people carries a history of struggle, resistance, and their “Hinterland” has much more than the sight reaches. This work aims to know the history of this land, their struggles, governmental repressions, the negligence of the economy, landed property valued to the detriment of the human factor, that composed and make up the history of the people and every little part of land Rubinéia.*

**KEYWORDS** *Rural Sociology. Peasantry Fights. Messianism.*

## SERTANEJOS “ARRANCA-CAPIM”

<sup>2</sup> Nos referimos ao “Plano mais Brasil” apresentado pelo atual Ministro da Economia Paulo Guedes em novembro de 2019. Neste plano, municípios com menos de cinco mil habitantes podem ser desmembrados e associados a municípios limítrofes com maior número de habitantes, perdendo sua autonomia municipal, ou seja, seu auto-governo, auto-administração e auto-organização local. O município de Rubinéia, que atualmente conta com uma população urbana e rural de pouco mais de três mil habitantes, seria um dos municípios afetados por esta legislação, provavelmente seria incorporado a Santa Fé do Sul, município limítrofe com cerca de trinta mil habitantes.

<sup>3</sup> Deve-se ressaltar também que na década de 1950, Getúlio Vargas estava no poder e o projeto nacional desenvolvimentista foi responsável pela chamada “Marcha para o Oeste” que foi o fenômeno que deu condições para que se ocupassem estes pedaços de terra considerados “desocupados”.

“Se é na miséria do cotidiano que nasce e cresce a desilusão, é no meio da desilusão que germina a indignação e se estrutura a revolta.” Nazareth dos Reis

Nosso principal interesse como autores deste artigo é sustentar a importância da memória histórica em municípios como Rubinéia, com menos de cinco mil habitantes e que, por isso, sua autonomia vem sendo questionada pelo governo vigente<sup>2</sup>. Perder a autonomia que os moradores de Rubinéia lutaram para constituir é, também, uma tentativa de assentar no esquecimento um lastro da memória de luta pela terra. É justamente sobre esta memória que nos debruçaremos aqui, a partir de alguns referenciais que trabalharam estas revoltas populares na região, bem como apoiados pelas vozes de residentes e por documentos jornalísticos da época.

No lugar onde hoje se encontra Rubinéia, noroeste do estado de São Paulo, em meados de 1951 ocorreu um processo de migração, em sua maioria de nordestinos direcionados ao trabalho nos latifúndios já constituídos na região (CHAIA, 1997)<sup>3</sup>. Estes migrantes se estabeleceram como arrendatários em terras de grandes latifundiários que alargavam suas fronteiras “valorizando” a região, junto à Estrada de Ferro Araraquarense, que teve sua expansão retomada no projeto nacional-desenvolvimentista pós-1930, chegando às barrancas do rio Paraná. Neste contexto, a origem do nome Rubinéia é a fusão dos nomes dos fundadores, ditos pioneiros na região, Rubens de Oliveira Camargo e sua esposa Nair (vulgo Néia), que também se estabeleceram nesta localidade e construíram um loteamento aberto em uma propriedade da família.

Mapa atualizado de Rubinéia: evidencia a fronteira entre estados e a localização da cidade às margens do rio Paraná.



Fonte: <https://turismorubineia.sp.gov.br/nossa-localizacao/>

As narrativas da história local foram estruturadas com os pressupostos de um “sertão bravo”, de terras que foram desbravadas pelos primeiros grileiros. A presença indígena na memória coletiva se mantém como um hiato, ainda que tenham sido encontrados sítios arqueológicos na região atestando a existência de grupos indígenas da nação jê há mais ou menos 2.000 anos (MELO; SILVA, 2011).

Nesse contexto, emergem figuras como poderes dominantes locais. José de Carvalho Diniz (vulgo Zico Diniz) foi um latifundiário que recebeu cerca de 6.100 alqueires da Companhia de Agricultura Imigração e Colonização (CAIC), segundo Vera Chaia (1997), como pagamento de um empréstimo. Os interesses de Zico Diniz foram ilustrados pelo historiador Nazareth dos Reis em sua tese de mestrado “Tensões sociais no campo: Rubinéia e Santa Clara D’ Oeste”.

Possuir, ser dono, estruturar um Império no último recanto do Estado, do Estado mais desenvolvido da federação, com

possibilidades de transpor seus limites e ocupar o pontal mineiro, o cone sul de Goiás e, quem sabe, até algumas manchas desertas em território mato-grossense [...], não seria arrogância, nem audácia. Tudo poderia ser norteado sob o rótulo do progresso, do desenvolvimento, do aumento da produção que fariam o engrandecimento da Pátria e ele estaria contribuindo para o desbravamento do sertão, a geração de mais empregos e poderia até ser considerado um dos grandes bandeirantes, quiçá o maior dos tempos modernos pelo seu trabalho de pioneirismo e vanguarda. (REIS, 1990, p. 16-17)

Ainda segundo Nazareth dos Reis, antes da posse das terras passarem para as mãos de Zico Diniz, muitos pequenos produtores possuíam minúsculas parcelas de terras (ranchos) na propriedade, aí produziam milho, mandioca, amendoim, algodão, arroz, e demais produtos agrícolas, comprovando a fertilidade daquelas terras. Com a expulsão forçada desses trabalhadores das terras por Zico Diniz, toda a produtividade e fertilidade que simbolizavam aquela região transformaram-se em miséria e fome dos pequenos produtores, agora sem terra, sem produção e sem casa.

Chaia (1997) relata que Diniz entregou 2.000 alqueires de terras nas mãos de Joaquim Nogueira e José Lira Marin para o arrendamento, que deveriam devolvê-los desmatados e com o plantio de Capim-Colônião<sup>4</sup>. Para isso, os dois mandatários contrataram famílias de imigrantes nordestinos para o trabalho, no entanto, não realizaram nenhum contrato formal com estas famílias -nos moldes da burocracia do Estado, com documentos escritos-, mas um tipo de contrato que os trabalhadores nomearam: “contrato de beijo”:

As alterações nos contratos orais, sem dúvida, alterações que feriram a essência do que se havia combinado, constituíram a razão primeira dos primeiros desacordos uma vez que, na prática, o encaminhamento se dava em outra direção e

<sup>4</sup> O Capim-Colônião é uma planta invasora e daninha para a produção agrícola, mas muito utilizada para o processo de engorda do gado. Entre as culturas afetadas estão: Milho, Amendoim, Arroz, Mandioca e diversas outras.

naturalmente sempre em prejuízo dos trabalhadores braçais em termos do que fora tratado, embora patrões aleguem descumprimento por parte dos arrendatários também. (REIS, 1990, p. 65)

Diante destas relações sem qualquer amparo legal, muitas vezes em épocas nas quais o clima era desfavorável para a produção agrícola, os arrendatários eram obrigados a entregar toda a colheita para o latifundiário, e o estado de miserabilidade se alastrava entre os produtores. Com as demandas da economia que valorizava a pecuária<sup>5</sup> o latifundiário exigiu o plantio de Capim Colônião antes do prazo acordado.

Mas o latifundiário tinha pressa do pasto formado, o capim, muitas vezes, era lançado à terra antes da época das colheitas, porque o boi gordo para o abate nos frigoríficos estava, de certa forma, ligado ao 'ritmo do tempo de mercado' (REIS, 1990, p. 66)

No ano de 1958, devido a uma intensa seca, o plantio do capim foi antecipado para janeiro, provocando grandes conflitos, pois muitas famílias ficaram sem alimentos. E é nesse contexto que entra em cena um dos protagonistas desta história. Não se sabe bem em que ano - Reis (1990) supõe que entre 1954 e 1955 - desembarca em Rubinéia o ex-militar e militante do Partido Comunista Brasileiro, Jofre Correa Neto, que fora expulso do exército por ser considerado nocivo à disciplina. Para o autor, Jofre Correa Neto viajava pela região do noroeste paulista muitas vezes apenas com a "roupa do corpo", analisando o que acontecia, uma "constatação do clima social, político e econômico para um posterior plano de ação conjunta" (REIS, 1990, p. 97).

Com ideias baseadas na Reforma Agrária, a partir de 1958, Jofre encabeçou o movimento mais tarde nomeado "Arranca-Capim" no qual 50 arrendatários com suas enxadas arrancaram o Capim Colônião de 40 alqueires das terras da fazenda

<sup>5</sup> Outra explicação para o avanço da pecuária em São Paulo está diretamente ligada com os problemas estruturais da agricultura nacional, onde havia baixa produtividade e alto desemprego: "As causas econômicas têm como ponto central a deficiência de capital que prevalece no Brasil. A agricultura moderna exige investimentos de grande monta. Não se trata apenas da mecanização agrícola. O agricultor necessita de capitais para preparar a terra inculca, para que ela seja arada, adubada, semeada e eventualmente irrigada; de capitais para construir armazéns e silos em sua propriedade, para comprar sementes, para financiar os salários e demais despesas até que a receita da safra seja recebida". (BRESSER-PEREIRA 1964, p.48) Este problema estrutural levou à criação de gado, por empregar menos e necessitar menos de investimento, e como resultado: "A desproporção entre as terras utilizadas para a agricultura e a pecuária é gritante, revelando que a ocupação de tão extensas áreas por pastagens é apenas nominal." (BRESSER-PEREIRA, 1964, p. 46).

“Para Reis (1990, p. 2): “As terras da fazenda Mariana, ‘descrevendo uma imensa meia-lua, acompanham a margem do rio, cercando Rubinéia por três lados e impedindo o seu acesso ao rio”.

Mariana<sup>6</sup> de Zico Diniz. Jofre Correa Neto entra na fazenda de Zico Diniz como meeiro, sócio de outro arrendatário, e como trabalhador braçal começa a lutar pelos direitos dos lavradores.

Estava lançada a gênese dos conflitos. Ainda em 1959, no dia 14 de julho, segundo Vera Chaia, foi criada a Associação dos Lavradores de Santa Fé do Sul como forma de constituir amparo e resistência às famílias envolvidas no litígio (CHAIA, 1997, p. 17), resistência que foi nomeada pelos seus sujeitos como “Legião da Enxada”. Tanto a Associação dos Lavradores quanto a Legião da Enxada foram entidades, segundo Nazareth dos Reis, construídas para defender os direitos dos lavradores.

Muitas reuniões aconteciam na “Pensão da Glorinha” em Rubinéia, lugar de encontro dos representantes da rebelião: Jofre Correa Neto, José Pereira Machado e Olímpio Pereira Machado. Segundo Reis (1990), com o tempo e pelas ideias difundidas nas reuniões outras pessoas se somaram ao movimento, dentre elas a própria dona da Pensão, Glorinha, Nercindo Xavier e o trabalhador Arlindo Quiozini, que posteriormente foi preso pelo envolvimento no movimento. Além de Glorinha, outras mulheres tiveram papel ativo no movimento, dentre elas a esposa de Arlindo Quiozini, Cida, a “mulher de Zé Correia” e a Cidinha do Aparecidão, todas evidenciadas no trabalho de Nazareth dos Reis, mas que em suas definições permaneciam atreladas à figura dos maridos, com exceção de Glória Xavier (a Glorinha, dona da Pensão), que esteve vinculada ao movimento desde a criação da Associação dos Lavradores e foi arrestada junto com outros representantes e acusada de subversiva.

Com o desencadear dos conflitos, o latifundiário Zico Diniz deu ordens a seus capangas para incendiar as casas dos pequenos arrendatários com o objetivo de que esses não retornassem. A ação dos jagunços foi garantida pela polícia e presenciada pela população de Rubinéia. O juiz, devido a característica oral dos contratos, considerou todos nulos e autorizou o despejo dos pequenos lavradores. Sobre este acontecimento o poeta Olímpio

Pereira Machado apresentou em versos seu espanto no “Poema da Terra”:

As nossas autoridades  
Gostaria eu de pensar?  
Das outras vezes passadas  
Quem é que foi agitar  
D’aquela espetáculo horrível?  
Trinta e seis ranchos a queimar!

O movimento, assim, com o apoio da Associação dos Lavradores e da Legião da Enxada, bem como pela ação de Jofre Correa Neto, começa a defender a pauta da Reforma Agrária. O arranca-capim aconteceu especialmente em dois pontos das terras de Zico Diniz, no Bosque, fazenda próxima ao município de Santa Clara D’Oeste (município vizinho a Rubinéia) e nas terras próximas a Rubinéia. Sobre isso, Nazareth dos Reis explica:

O movimento eclodiu em Rubinéia e não lá em Santa Clara D’Oeste primeiro, apesar da revolta entre camponeses ter sido mais intensa entre aqueles da Fazenda São João. A repressão, o medo, o jaguncismo, a violência, a disciplina, o cerco, a chibata, o revólver, a posição geográfica, sem dúvida, tudo isto somado fez com que o Bosque não se mobilizasse primeiro e se limitasse a seguir, no início, timidamente as pegadas do movimento encabeçado pela equipe de Rubinéia. Tanto é que o “quartel general” da resistência foi montado em Rubinéia. A sede era aqui, na Pensão da Glorinha. (REIS, 1990, p. 138)

Temendo uma “ameaça comunista” foram contatados agentes da Delegacia de Ordem Política e Social (Dops) que, segundo o poder local, possibilitaria a manutenção da ordem. O movimento ainda assim continuou, até que em agosto de 1959 elementos da Força Pública de São José do Rio Preto chegaram armados e alarmaram os colonos para que abandonassem o



Associação dos Lavradores. Na análise de Airton Souza de Lima o arranca-capim tem seu ponto final em 1960:

O desfecho deste movimento ocorreu em 1960, quando José de Carvalho Diniz soltou seu gado na plantação e nas casas dos subarrendatários e enviou seus jagunços para tapar os poços dos trabalhadores. Diniz conseguiu, assim, retirar os camponeses, e, até mesmo, ignorar os processos abertos pelo Estado contra ele. (LIMA, 2010, p. 122)

Contudo, segundo Maria Aparecida (entrevista, junho de 2019), atualmente gestora/educadora do Museu Histórico e Cultural de Rubinéia “Nazareth dos Reis”, em 1969 o movimento arranca-capim volta a tomar força na fazenda Mariana, em suas palavras, *“e ele seguiu um movimento bem forte na fazenda Reserva, e detalhe: a água já estava subindo, porque em 1970 abriu a primeira turbina de Ilha Solteira”*, sobre os dois períodos do arranca-capim ela continua *“o primeiro movimento, ponto clímax 1959, e o último movimento ponto clímax em 1969 que veio os policiais e debandaram toda a turma da fazenda Reserva”*. Maria faz referência aqui à inundação do município de Rubinéia que se consagrou em 1973 e que é o segundo movimento que iremos analisar. O que ela nos apresenta aqui é uma costura importante entre um movimento por Reforma Agrária dos camponeses que trabalhavam nas fazendas de Zico Diniz e outro movimento, também por território, contrário à inundação da cidade pela barragem da Usina Hidrelétrica de Ilha Solteira.

## EMANCIPAÇÃO PARA O DESAPARECIMENTO

Rubinéia é emancipada em 1964. Houve um êxodo rural dos pequenos arrendatários devido às expulsões das terras e o estabelecimento de residências destes na área urbana do município. Mas por pouco tempo seu povo pôde gozar deste território, uma vez que com a construção da barragem da Usina

<sup>7</sup> Em pleno “Milagre econômico”, os setores desenvolvimentistas militares passaram a preocupar-se com a ultrapassada infraestrutura nacional, o desenvolvimento industrial precisava de incentivos para que não caísse no esgotamento e cabia ao Estado suprir as necessidades da burguesia industrial. Outro ponto importante que marca o Pacto Autoritário-Modernizante da época era a inflação, que só foi controlada quando o governo militar passou a seguir a perspectiva do economista Ignácio Rangel, e percebeu que se tratava de uma inflação de custos, sendo assim, para controlá-la era necessário que iniciasse um processo econômico expansionista. É este o vetor que permeia as políticas não só do Governo Federal, mas do Governo Estadual de Adhemar de Barros e seu Plano de Desenvolvimento Integrado (PLADI), responsável pela construção da Usina.

Hidrelétrica de Ilha Solteira pelas Centrais Elétricas de São Paulo (CESP), em 1973, reflexo do Pacto Autoritário-Modernizante sobre a região<sup>7</sup>, Rubinéia foi alagada, uma vez que a área da cidade era necessária à bacia de acumulação de Ilha Solteira. Aos poucos estas terras iam ser “engolidas” pelas águas do grande Paraná, “(...) dos 11 mil alqueires do município, apenas sete mil não ficaram sob as águas”. (SOUZA, 1980, p. 121). Sobre isso o autor Carlos Drummond de Andrade escreveu uma crônica publicada no *Jornal do Brasil* em 28 de outubro de 1971, evidenciamos um fragmento:

Que é Rubinéia, onde fica? Rubinéia já era, e não fica propriamente, ficava na margem esquerda do rio Paraná, em São Paulo. Sete mil habitantes pequena cidade civiliadíssima, pois quando tinha de dar nome a ruas, não fazia por menos: batizava-se de Machado de Assis, Manuel Bandeira, Guimarães Rosa, Cecília Meireles, Mario de Andrade, Graciliano Ramos, outros mais. Esquecendo-se de que estamos vivos, lembrou-se ainda de Vinicius e deste escrevente; dele, com justiça; de mim, como brincadeira. Cidade quase toda consagrada a poetas e prosadores, haverá outro no Brasil ou no mundo, que em geral prefere valores menos abstratos, e abre exceção para um literato mantendo a regra em louvor de mil homens de ação prática? E assim, em Rubinéia, Machado vizinhava com Cecília, Rosa contava do Urucua a Bilac, Bandeira e Mário não precisavam cartear-se: viam-se. Uma cidade diferente na paz de suas belas-letas, no bulício de suas 13 escolas. Eis que a CESP (Centrais Elétricas de São Paulo) projeta a barragem de uma usina-monstro, no complexo de Urubupungá. Toda a região será alagada, e Rubinéia inteira é desapropriada para esse fim. A população inteira migra para outros pagos, suas casas são demolidas. Caem nossas ilustres placas e, no chão de escombros não se consente memória de nomes.

Os primeiros retirantes foram indenizados e demoliram suas casas a fim de utilizar o material que fosse possível. Muitos

proprietários perderam parte substancial das suas terras, devido especialmente ao Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR). Silvano Renato, técnico em agropecuária da região de Rubinéia, nos explicou que o ITR é uma porcentagem do valor venal do território rural. Deste modo, em uma propriedade com um terreno que vale cerca de 200 mil reais, muitos proprietários pagam os impostos equivalente a uma propriedade de 60 mil reais, no entanto, em condições como de uma inundação a indenização seria equivalente aos impostos pagos e não à extensão da propriedade efetivamente. Assim, muitos pequenos produtores que não tinham condições de pagar os tributos absurdos da época, e que produziam nas terras para a própria subsistência, perderam as terras pelas águas e o valor das terras pela burocracia, ambos em detrimento do trabalhador braçal e em benefício de grandes empresas como a CESP.

Alguns representantes locais como o prefeito Rubens Meszáros e o cidadão Aparecido Galdino não aceitaram o simples desaparecimento da cidade e defenderam a reconstrução desta em outra localidade, o que não era interessante para a CESP, levando em conta que o objetivo era anexar Rubinéia ao município de Ilha Solteira, escondendo sobre as águas uma identidade de lutas por terra. Porém, com muita resistência, conquistaram a indenização dos prédios públicos e a reconstrução da cidade às margens do Paraná, nela habitando principalmente moradores da dita “Velha Rubinéia”.

## O PROFETA DAS ÁGUAS

Um dos protagonistas desta história que pensamos ser de suma importância é Aparecido Galdino. Este se mudou para Rubinéia em 1951 e resolveu (devido a circunstâncias locais) trabalhar como boiadeiro, em algumas ocasiões trabalhava na fazenda de Zico Diniz, mas não teve ação no movimento arranca-capim, uma vez que sua função era necessariamente a

transferência do gado para os matadouros regionais. Galdino comprou uma pequena chácara onde a família se estabeleceu. Mais tarde esse personagem se voltou para a vida religiosa, especialmente para o catolicismo popular.

Há relatos de que ele se vinculou ao messianismo quando lhe aconteceu uma “revelação de Deus”:

Galdino continuou sua vida de boiadeiro, e, em 1961 em uma de suas viagens quando chegou *num artodos campo, então representou pra mim uma vóis pedindo pra eu tomar cuidado. Pensei que era os pião que tava viajando junto comigo. Eu oiei os pião, tinha 3 homem junto comigo tocando a tropa e vi que num era eles. Dispois torno responder: Oh Aparecido, cuidado!*

Ao retornar de sua viagem *quando cheguei no Estado de São Paulo já na estrada tinha argum animais doente eu já benzia os animais mas eu não acreditava em benzimento. Eu comecei a benzer entrada em 63, firme mesmo. Então eu peguei trazia aquela tropa doente, negociava com o povo e benzia aqueles animais doente, mordido de cobra, animais que não tinha nem coró na palheta, então eu benzia aqueles animais sarava. Tinha várias pessoas ali, dentro da Rubinéia, que dentro deste serviço que eu peguei a fazer, tem pessoas que viam o princípio do meu serviço benzendo animais doente. Então eu benzia aqueles cavalo pro povo compreender firme, rezava pai-nosso, ave-maria, pedia pra Deus que curasse aquilo, afastasse daquelas doença. Então sarava os animais.* (LOPREATO, 1999, p. 40-41)<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Citamos aqui a entrevista que Galdino dá a Christina Lopreato, uma vez que atualmente ele oferece resistência para qualquer diálogo sobre o ocorrido, impossibilitando uma apresentação em primeira mão de seus relatos.

Neste contexto, Aparecido começou a ganhar a confiança do povo que procurou cada vez mais o benzedor, segundo ele “Era vários tipo de gente que vinha de São Paulo. Esse mundo aí até Rio Preto vinha gente pra danar. Tava vindo gente do Paraná.” (LOPREATO, 1999. p. 42). Nas crenças de Galdino todas as doenças eram doenças da alma com a necessidade de alguém que pudesse “(...) *cortá aquelas corrente maginária que ta*

*encima dele, ele precisa benzer, limpar o corpo, ele reveve de novo”* (LOPREATO, 1999, p. 45)

Aparecido Galdino pregava sempre a solidariedade para com o outro, recebendo em sua casa todos os doentes, “*Em casa era cheio desse corchão veio, feito da minha mão, feito de saco, assim costurava, pnhava capim, pnhava paia pra zelar daquele povo.*” (LOPREATO, 1999, p. 42).

*A benzedura era gratuita mas quando peguei a benzer e pegar a fazer efeito num tinha este que num queria deixar um pouquinho de dinheiro. Eu num aceitava, mas eles deixava. Então, eu pegava aquele dinheiro que num precisava e dava tudo pros pobre.* (apud LOPREATO, 1999, p. 49)

Entrevistamos a moradora de Rubinéia, Aparecida Galves, 67 anos, que nos relatou sobre os benzimentos de Aparecido Galdino. O falecido pai de Aparecida, Isidro Galves, foi um dos trabalhadores na fundação de Rubinéia e, hoje, dá nome a uma de suas ruas.

*Ele [Isidro] participou muito, trabalhou muito tempo na prefeitura até por isso que, agora que ele faleceu, colocaram o nome Isidro Galves lá no Clone, porque eles tão colocanu o nome tudo dessas pessoa antiga que participou muito da velha e da nova Rubinéia. Ai, o vô Isidro<sup>9</sup>, quando a gente era pequena, na velha Rubinéia, ele levava a gente para se benzê nesse Aparecidão ele era benzedô, ele não cobrava nada. Só que ele pegava essas pessoa que tava jogada na rua, que não tinha onde fica, levava tudo pra casa dele. Ele não era muito bão pra esposa dele, porque a esposa dele sofria muito com isso, sabe? Mais meu pai levou a gente muito benzê lá que nós era criança.* (Entrevista, dezembro de 2019).

<sup>9</sup> Trata-se do bisavô da autora Gonçalves deste artigo.

Enquanto Aparecido Galdino ganhava fama na região como benzedor, explode a notícia da CESP sobre o alagamento da cidade. Galdino acreditava que o fim do mundo estava próximo

(que ocorreria no ano 2000) e estava disposto a trazer mais adeptos para “promover o encontro do homem com o Divino”, sendo assim “o projeto milenarista que eles abraçam combina catástrofe e redenção” (LOPREATO, 1999, p. 67).

Com o aumento do número de adeptos as autoridades locais começaram a sentir algum tipo de ameaça em relação à situação. Neste contexto, o delegado local, Juca Turasa, em 1965, “chama a atenção” de Galdino resultando em quatro dias de encarceramento no município de Jales. Conforme Lopreato:

*Assim ele nos relata: Eu peguei a conversar com esse delegado e tinha 2 sordado bastante marcriado. Eu conversando com o delegado, ele chegou e disse pra mim assim: - Cala a boca! E eu disse: - Não, cala boca não porque eu to conversando com o home aqui. Ele pegou e deu um coice na minha canela e eu então empurrei ele pra lá e ele deu uma gravata em mim. Então, chegou o outro sordado e juntaram e me levaram pra cadeia. (LOPREATO, 1999, p. 68).*

Devido a grandes perseguições Galdino se refugia na cidade de Urânia por um tempo:

*(...) cheguei já tinha mortidão esperando, num dava pra ficar. E fui pra outra fazenda. Chego na outra fazenda, aquela mortidão atrás, charrete, trator, caminhão tudo acompanhando atrás. Pra benzer aquele povão num dava pra benzer de um por um, então resorvi benzer esse mortidão de gente reunido. (LOPREATO, 1999, p. 68-69).*

Diante do excesso de pessoas que o acompanhou, decidiu voltar para Rubinéia. As autoridades locais deram uma ordem para que Galdino não voltasse a praticar as benzeduras, ordem que ele desobedeceu.

No ano de 1968, o Profeta pediu para que os fiéis presentes em sua residência, por volta de 60 pessoas, se direcionassem à Igreja que ele considerava a “casa de Deus” para confessarem

com o novo padre que fora enviado pela Diocese, porém, não satisfeito, o padre chama a polícia que impede a entrada dos fiéis no templo. A Igreja local não aceitava o que era considerado “formas populares de religião”. Como represália, Galdino foi chamado à delegacia de polícia de Santa Fé do Sul e interrogado, mandando-o, posteriormente, a um médico que o liberou.

Os moradores da cidade se assustaram com a notícia da CESP, isso levou Galdino a criar um exército da “Força Divina”, “assim permanecendo juntos, rezando fardados eles estariam livres dos males do fogo eterno” (LOPREATO, 1999. p.75). Os integrantes utilizaram fardas específicas, além disso utilizaram um “quipe tipo bico-de-pato com emblema bordado constituído de uma espada e um relho de três pontas” (LOPREATO, 1999, p. 75), “(...) fizeram com que diversos indivíduos passassem a crer que Galdino era o ‘profeta das águas’ enviado para remir os homens.” (LOPREATO, 1999, p. 79, grifo nosso).

## REPRESSÃO

*“ O que precisei passar foi provação e provação não é loucura”*

Aparecido Galdino

No dia primeiro de Outubro de 1970, Galdino e seus adeptos fardados pela primeira e única vez são presos pela polícia de Rubinéia. Alguns Autos do Processo de Aparecido apresentam que houve forte reação dos adeptos à prisão obrigando os militares a colocarem todos em um camburão, levando-os ao cárcere. Todavia:

*Galdino havia alertado seus adeptos que *proceis vesti a farda voceis tem que ter fé porque vai vir a coisa em cima e ninguém brigue. Seja proceis morrer mas é pra aguentar com fé em**

*Deus porque se tem fé em Deus entra nas aprovação e sai. Então meu povo num brigou, só apanhou, num podia brigar porque eu já tinha ensinado a num brigar. Num podia relar a mão, então só sofreu.* (LOPREATO, 1999, p. 83).

*(...) Os policiais já chegaram batendo com o cassete, não deram explicações, não perguntaram de quem era a casa e nem o que estavam fazendo lá. Tinha cabelos compridos, fui arrastado pelos cabelos, socado e batido mas não reagi.* (LOPREATO, 1999, p. 88).

Galdino foi detido acusado de ter infringido os artigos 284, 129 e 329, do Código Penal. Além disso, o caso foi mandado para a Justiça Militar que o acusou de praticar crimes contra a Segurança Nacional. “Na esfera militar, pesavam sobre Galdino acusações de incitamento à desobediência coletiva às leis e constituição de organização de tipo militar, com fardamento, com finalidade combativa.” (LOPREATO, 1999, p. 84).

A maior parte das narrativas “oficiais”, do delegado responsável e dos policiais que os detiveram, relatam que houve resistência armada por parte dos apoiadores de Galdino. No entanto, entre os seguidores de Galdino e outros moradores que presenciaram a chegada da polícia há uma narrativa distinta, de que os policiais reprimiram os fiéis com muita violência e sem que eles oferecessem resistência, especialmente Aparecido Galdino. Nas palavras de Aparecida Galves:

*aí depois ele começô ter uns seguidores que eram os profetas dele e esse povo começou a seguir muito, até o Ermínio Viana era profeta dele. Um dia chegou o caminhão, cheio de polícia da Ditadura e amarrô eles que nem porco, jogaram tudo em cima do caminhão, bateram muito. Achô que ele [Galdino] tava loco, porque ele falo que ia chegar na beira do rio e ia bater uma vara e ia fazê o rio abrir e os profeta dele ia passa. Aí o povo achô que ele tava loco, aí pegaram e jogaram tudo em cima desse caminhão, tudo amarrado que nem porco e bateram muito, bateram e levaram para a prisão. Aí levaram ele preso.* (Entrevista, dezembro 2019).

Aparecido Jacintho Galdino foi julgado em 1971 pela justiça militar e submetido a exames de sanidade mental, internado no Manicômio Judiciário por ser considerado esquizofrênico-paranóide<sup>10</sup>, ficou enclausurado por 7 anos, sendo libertado apenas em 6 de junho de 1979 após muitas denúncias de uma campanha sobre seu caso, exigindo a revisão do processo. Nesta época, a então chamada “Rubinéia Velha” já se encontrava submersa.

Contextualizamos que não é possível deixar de evidenciar que a época histórica na qual Galdino estava inserido possibilitou que muitas das injustiças cometidas contra ele se consumassem, haja à vista a política ditatorial vigente que baixou o Ato Institucional número 5 em 13 de dezembro de 1968. O receio maior era que as movimentações propiciadas por Aparecido Galdino pudessem prejudicar a construção da barragem e tivessem vínculo com ideias acerca da Reforma Agrária, uma vez que ele considerava que a terra era de Deus e que o homem podia trabalhar nela sem necessidade de permissões alheias.

## ENTRE O SERTÃO E O MODERNO

“O campo não é somente um viveiro de pobreza: é, também, um viveiro de rebeliões.”

Eduardo Galeano

Euclides da Cunha em seu célebre “Os sertões” discute acerca desta categoria primeiramente como “Uma categoria geográfica que Hegel não citou” (p.42) distinguindo-a de todas as demais. Em suas palavras: “A natureza compraz-se em um jogo de antíteses. (...) Da extrema aridez à exuberância extrema...” (p. 43-44). Não se limitando a uma perspectiva voltada às questões climáticas, essa categoria tomou forma, materializando-se nas vivências das pessoas ali alocadas, construindo assim, dialeticamente, o sertanejo.

<sup>10</sup> Segundo Percival de Souza em “A Revolução dos Loucos”, especificamente no capítulo voltado para o caso Galdino: “A carta guia (1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar) certificava para fins de execução que:

Aparecido Galdino Jacintho, filho de Galdino Jacintho e Mariana Rosa de Jesus, nascido em 15-8-1922, em Maracá, Estado de São Paulo, casado, foi preso e recolhido ao xadrez em 1-10-70, sendo indiciado em inquérito na Delegacia de Polícia de Santa Fé do Sul, neste Estado, o qual, depois de concluído, foi remetido a esta Auditoria onde deu entrada em 4-2-71.

O Bel, José Dias de Souza Netto, Escrivão da 1ª Auditoria da 2ª C. M. J., certifica mais: *que o referido indiciado foi denunciado pelo dr. Procurador Militar em 24-2-71, como incurso nos arts. 39, II, e 42, do DL 898-69, cc. arts. 79 e 81, § 1º, do Código Penal Militar e teve sua prisão preventiva decretada em 5-3-71. CERTIFICA, mais, que no curso do sumário foi submetido a exame psiquiátrico, sendo declarado inimputável por ser portador de um quadro ‘esquizofrênico-paranóide’. Julgado em 12-10-71 pelo Conselho Permanente de Justiça da Aeronáutica, foi absolvido, sendo-lhe, todavia, aplicada medida de segurança de internação no Manicômio Judiciário pelo prazo mínimo*

de dois (2) anos, nos termos do § 1º, do art. 112, do Código Penal Militar, CERTIFICA, ainda, que a Defensoria de Ofício desta Auditoria apelou da r. Sentença para o Eg. Superior Tribunal Militar, o qual, em sessão de 14-8-72, confirmou a sentença de 1ª Instância. CERTIFICA, finalmente, que o respectivo Acórdão de nº. 39.005 transitou em julgado no dia 17-8-72. São Paulo, 22 de novembro de 1972. Eu (...), escrivão, que a mandei datilografar e assinar.” (SOUZA, 1980. p. 104-105).

<sup>11</sup> “Fronteiras são lugares de deslizamento. Alianças, bifurcações e substituições que preparam o reconhecimento e a necessidade de limites. A oscilação característica de uma linha de tradução ou produz o reconhecimento dos perigos (medo ou a vitória da tranquilidade dos sistemas molares, clareza ou crença de ter entendido tudo, poder ou impotência alternante daquele que quer deter as linhas de fuga, desgosto ou risco de reterritorialização destrutiva) ou pela vitória do desgosto (o pior dos medos) instala o estado suicidário: a vontade de fazer morrer e de morrer, paixão de abolição.” (SILVA, 2006, p. 173).

Diante disso, podemos perceber que o processo de “demarkação” de um Sertão vem alinhado ao processo de modernização do país no intuito de caracterizar os espaços de ausência (periféricos) e os espaços de presença (centros). Sertão, assim, começa a ser qualificado como falta e o sertanejo como indivíduo destituído, tornando-os elementos do pensamento social.

Em contrapartida, esta categoria está intimamente ligada ao processo de produção de uma nacionalidade brasileira. Nas palavras de Custódia Selma Sena (1998):

Penso que, em relação ao processo de construção ideológica do Brasil, o *sertão* pode ser entendido como ‘uma categoria de pensamento coletivo ou categoria inconsciente do entendimento’ de que nos fala Mauss (1974a, p. 207-241): situadas no plano do inconsciente, essas categorias operariam como princípios diretrizes do pensamento, viabilizando ou tornando possível esse próprio pensar. Presentes na linguagem, mas de forma não explícita, essas categorias caracterizam-se por sua alta densidade simbólica, por representarem, no dizer de Lévi-Strauss (1974b, p.34) – ‘um excedente de significação’ potencialmente aplicável a uma gama variável de conteúdos simbólicos. (SENA, 1998, p.26).

Enquanto categoria do pensamento social o Sertão não deixa de estar subsumido a um processo político-econômico hierárquico que delimita as fronteiras<sup>11</sup>, os modos de vida, e que possibilita a construção do pensamento no qual o sertão e tudo ligado ao mesmo estão em estado de miserabilidade, de falta contínua.

Parafraseando Lúcia Arrais Morales (2002, p. 09), pensar o *Sertão* brasileiro “implica fazer passar sobre essa categoria as circunstâncias de uma história de desterritorializações”. É justamente a este ponto que se volta a análise deste trabalho, os indivíduos aqui elucidados estão alocados nesta categoria de pensamento ora como pertencentes ao processo político-

econômico a que os submetem, ora como sujeitos de lutas, representantes deste jogo de antíteses. Nas palavras de Luiz Sérgio Duarte da Silva (2006, p.177): “Deve-se estudar uma cidade não só seguindo os planos dos que a conceberam, mas, sobretudo a partir de práticas que a construíram”. Assim, diante de um mundo banalizado por concepções alegóricas reproduzidas, criar estranhamentos torna-se primordial. Este trabalho visa, desta maneira, diante de um processo de fetichização de um território, criar discontinuidades, ou melhor, o “assombro diante do mundo”. “Desse modo, a noção de sertão pode ser pensada como o avesso do mito da terra contado a partir da história que nos diz ‘no princípio era o mar...’” (SCHIAVO, 2007. p. 44).

Iniciando uma observação, ainda que breve, dos movimentos messiânicos e milenaristas nos atentamos à uma discussão levantada por Lísias Nogueira Negrão, na qual o autor desenvolve sobre a constituição destes movimentos no processo histórico brasileiro. Considerando que o movimento de Galdino se coloca como um “movimento messiânico”<sup>12</sup>, pode-se perceber as contradições atreladas à um movimento com estas características em um período de dito desenvolvimento industrial no seio do estado mais industrializado do Brasil. A contradição se alarga quando o movimento faz frente à um símbolo da “locomotiva da modernidade” que é a Hidrelétrica de Ilha Solteira, o que torna a visibilidade do mesmo cada vez menos desejada pelo poder vigente. Com seus amálgamas escatológicos esta movimentação foi descaracterizada pelos discursos modernos enquanto irracionais, a maior ilustração disto é a internação de Galdino no período repressivo. Explicando a partir de uma leitura de Pereira Queiroz, Nogueira Negrão evidencia como um dos pontos essenciais na análise dos movimentos messiânicos que:

(...) tais movimentos não são aberrantes, nem integram um capítulo da patologia social, como até então se supunha. Ao contrário, seriam reações normais de sociedades tradicionais em momentos de crise, de anomia (o mais comum no caso

<sup>12</sup> Que, segundo o autor, “refere-se à atuação coletiva (por parte de um povo em sua totalidade ou de um segmento de porte variável de uma sociedade qualquer) no sentido de concretizar a nova ordem ansiada, sob a condução de um líder de virtudes carismática” (NEGRÃO, 2009, p. 33).

brasileiro) ou de mudança de sua estrutura interna. O apelo a valores religiosos não seria uma atitude alienada, mas a expressão da revolta por meio do único canal possível no contexto cultural tradicional (NOGUEIRA NEGRÃO, 2009, p. 37).

Isto posto, consideramos todos os implicativos políticos, econômicos e sociais que envolvem a construção deste movimento. Assim, “O mito milenarista nada mais seria do que o padrão capaz de moldar a reação contra a crise, esta sim determinante.” (NOGUEIRA NEGRÃO, 2009, p. 37).

## EM VIAS DE CONCLUSÃO

Por conseguinte, este sucinto trabalho não visa dar conta (e nem o conseguiria) da história deste município e das pessoas que a construíram como sujeitos históricos. A pretensão, no entanto, foi a de evidenciar dois momentos na história de Rubinéia que auxiliaram para a construção do que é hoje, um município autônomo.

A análise aqui empreendida teve como pano de fundo demonstrar que, ainda que, a partir de projetos político-econômicos construiu-se um ostracismo histórico de movimentos messiânicos também na segunda metade do século XX - onde as promessas de desenvolvimento industrial e modernização floresciam, em especial no estado de São Paulo; ainda que as águas da barragem encobrissem o território antes constituído historicamente; ainda assim a memória contrasta, a memória de que as resistências aos projetos de modernidade devem ser evidenciadas, que as pessoas envolvidas nos movimentos messiânicos e milenaristas têm de ser vistas como sujeitos históricos (que são) e que resistiram a partir de seus instrumentos sociais ao fenecimento.

Este trabalho dispõe-se a reivindicar a existência de uma história que não está contemplada na História Oficial. Nas palavras de Bourdieu: “(...) se a região não existisse como espaço estigmatizado, como ‘província’ definida pela distância econômica e social (e não geográfica), em relação ao ‘centro’, quer dizer, pela privação do capital (material e simbólico), que a capital concentra, não teria que reivindicar a existência.” (BOURDIEU, 1989, p. 126).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*- Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Problemas da Agricultura Brasileira e Suas Causas. *Journal of Inter-American Studies*, 6 (1), janeiro 1964: 43-55.

CHAIA, Vera. Santa Fé do Sul: A Luta dos Arrendatários. *Cadernos AEL*, n. 7, 1997. 11-49 p.

CUNHA, E. *Os sertões* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 516 p. ISBN: 978-85-7982-007-6. Available from SciELO Books <[www.scielo.org](http://www.scielo.org/books)>

LIMA, Airton S. (2005) *Vítimas do ódio: a luta pela terra em Tupã, a repressão e a militância comunista no interior paulista*. Trabalho de Conclusão de Curso (de graduação em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Campus de Marília, Marília.

LOPREATO, Christina da Silva Roquete. *Milagres da fé: Messianismo e repressão política no Brasil dos anos 70* – Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999.

MARTINS, Bruno de Caldas; CAVICHIA, Alessandro Henrique. *Guerra do Arranca-Capim: Protagonismo de Jôfre Corrêa Netto (1959-1962)* - REUNI, Edição IX, 150-162, 2018.

MELO, Beatriz M.; SILVA, Maria Aparecida. *Entre Memória e história: ocupação do noroeste paulista, entre a utopia camponesa e a acumulação* – XV Congresso Brasileiro de Sociologia 26 a 29 de julho 2011, Curitiba (PR).

MORALES, Lúcia Arrais Morales. *Vai e Vem, Vira e Volta. As rotas dos soldados da borracha* - São Paulo: Annablume, 2002.

NOGUEIRA NEGRÃO, Lísias. *REVISTA USP*, São Paulo, n.82, p. 32-45, junho/agosto 2009.

SCHIAVO, Sylvia. Sertão uno e múltiplo ou ‘lua pálida no firmamento da razão *Sociedade e Cultura*, v. 10, n. 1, jan./jun. 2007, p. 41-44.

SENA, Custódia Selma. A categoria Sertão: Um exercício de imaginação antropológica - *Sociedade e Cultura*, 1 (1): 19-28, jan./jun. 1998.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *Teses sobre Sertão e cidades de fronteira: labirinto e barroco* - O público e o privado - Nº7 - Janeiro/Junho - 2006.

SOUZA, Percival. *A revolução dos loucos*. São Paulo: Global, 1980.

Reportagem: “Boiadeiro de Deus”. Veja, 4 dez. 1974.

REIS, Nazareth dos. “Tensões sociais no campo: Rubinéia e Santa Clara D’Oeste”. São Paulo: PUC, 1990.

Agradecemos o apoio de Maria Aparecida Ribeiro, por fornecer o material disponível no Museu Histórico e Cultural Professor Nazareth dos Reis, bem como pela entrevista concedida. Agradecemos também à Aparecida Galves e Silvano Renato pelas conversas.

---

CHRYSLEN MAYRA BARBOSA GONÇALVES - Doutoranda vinculada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social (PPGAS) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: chryslenmayra@hotmail.com

VINICIUS REZENDE CARRETONI VAZ - Doutorando vinculado ao Programa Interunidades em Integração da América Latina (Prolam) da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: vinicius\_vaz@usp.br.